

# População infantil e adolescente em situação de rua no Brasil: análises recentes

Irene Rizzini

Renata Mena Brasil do Couto



O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância - CIESPI é um centro de estudos e de referência associado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas sociais para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos.



*Rio de Janeiro, fevereiro de 2018*

Esta publicação é parte de um amplo projeto intitulado Políticas Públicas e os Desafios da Implementação: Análise do Caso da Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Rio de Janeiro, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Irene Rizzini (PUC-Rio/Departamento de Serviço Social; CIESPI/PUC-Rio), com apoio da FAPERJ (CNE, Cientista do Nosso Estado, 2014-2017; FAPERJ Ref. N° E-26/201.274/2014).

Design: Carolina Terra.

# População Infantil e Adolescente em Situação de Rua no Brasil: análises recentes

Irene Rizzini e Renata Mena Brasil do Couto

1ª edição (2018) – Rio de Janeiro - RJ  
CIESPI

População infantil e adolescente em situação de rua no Brasil: análises recentes / Irene Rizzini; Renata Mena Brasil do Couto. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: CIESPI, 2018. 40p. il. 20cm.

ISBN: 978-85-60079-14-8

1. crianças e adolescentes. 2. situação de rua. 3. levantamento bibliográfico.  
I. Rizzini, Irene. II. Couto, Renata Mena Brasil do. III. Título.

CDD 300

## Sumário

1. Apresentação.....	4
2. Metodologia de pesquisa.....	5
3. Produção acadêmica em números.....	7
4. Temas em destaque.....	12
5. Considerações finais.....	28
6. Referências bibliográficas.....	31

## 1. Apresentação

Esta publicação contém uma análise dos principais temas abordados na produção acadêmica nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua, publicada entre 2000 e 2015. Iniciamos com uma descrição da metodologia utilizada no levantamento que subsidiou este estudo e discutimos os principais resultados obtidos, incluindo referências relativas aos temas em destaque. A publicação foi desenhada para que servisse de guia para aqueles interessados em explorar a literatura que versa sobre o assunto.

A questão da população infantil e adolescente em situação de rua passou a ser alvo de especial atenção há cerca de três décadas. Houve um intenso interesse pelo tema entre os anos de 1980 e 1990, em âmbitos nacional e internacional, resultando em diversos tipos de publicação. No entanto, nos últimos anos observa-se uma certa estagnação em termos de inovação sobre o tema. Trata-se de um fenômeno que precisa ser revisitado à luz de novos paradigmas e aportes teóricos que emergiram neste período. Esperamos que esta publicação possa contribuir nessa direção.

Este estudo foi realizado no âmbito do projeto “Políticas Públicas e os Desafios da Implementação: Análise do Caso da Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Rio de Janeiro<sup>I</sup>”. O projeto teve como objetivo analisar os processos que facilitam ou dificultam a implementação de políticas públicas com foco sobre a população infantil e adolescente. Além do levantamento e análise da produção acadêmica nacional, o projeto engloba, duas outras vertentes de estudo: (1) Uma análise sobre as tendências da literatura internacional publicada entre 2010 e 2015<sup>II</sup>; (2) Um estudo sobre as propostas de políticas públicas e ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua e os principais desafios da implementação destas ações, com especial foco sobre a Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua do município do Rio de Janeiro (Deliberação CMDCA Rio nº 763/2009)<sup>III</sup>.

## 2. Metodologia da pesquisa

Para a realização do levantamento da produção acadêmica sobre a população infantil e adolescente em situação de rua no Brasil, partiu-se de uma etapa inicial de planejamento que implicou, além da delimitação da temática abordada, na definição da abrangência e das bases de dados bibliográficos que seriam consultadas. Com o objetivo de sistematizar o debate nacional atual acerca das tendências teóricas e metodológicas relativas ao tema em questão, delimitamos a pesquisa à incorporação de textos publicados entre os anos de 2000 e 2015 no Brasil.

Identificamos as bases de dados bibliográficos disponíveis considerando aquelas que continham informações confiáveis e uma boa cobertura dos tipos de documento compatíveis com a pesquisa que se queria desenvolver, a saber, artigos, teses e dissertações. Inicialmente, selecionamos descritores<sup>IV</sup> para direcionar as buscas nas bases definidas e, em seguida, procedemos a consulta nos portais Scielo, Lilacs e Banco de Teses e Dissertações da Capes.

Reajustamos nossa metodologia ao longo da pesquisa, considerando algumas limitações identificadas. Assim, ampliamos os descritores e incluímos outras bases de dados na pesquisa. Foram elas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Portal Domínio Público, WorldCat e Periódicos Capes.

Após cuidadosa análise da produção levantada, selecionamos um total de 116 títulos (61 artigos e 55 teses e dissertações) que foram organizados na base de dados bibliográficos “População Infantil e Adolescente em Situação de Rua no Brasil – Produção Acadêmica (2000-2015)<sup>V</sup>”. Para isso, foram verificados cada um dos itens anteriormente estabelecidos na pesquisa: conteúdo, autoria, ano e local de publicação, referências das publicações e dos autores analisados e disponíveis na íntegra para download.

Embora tenhamos tido a preocupação de realizar uma busca minuciosa, reajustando nossos parâmetros de pesquisa de acordo com os desafios encontrados ao longo da coleta de dados, registramos algumas limitações. Talvez a principal delas esteja relacionada ao fato de que os portais de dados bibliográficos não disponibilizam textos de todas as revistas acadêmicas existentes no país. Portais como o Scielo e o Lilacs realizam uma seleção deste material, com o propósito de assegurar a qualidade científica dos

textos encontrados, mas excluem outras tantas publicações que oferecem contribuições importantes. O mesmo ocorre com os bancos de teses e dissertações que oferecem o material digitalizado por algumas instituições de ensino, mas não por todas.

Visando contornar, ao menos parcialmente, essas limitações, realizamos ainda uma busca complementar por aqueles autores citados de forma recorrente nas bibliografias dos textos levantados de acordo com a metodologia proposta inicialmente. Buscamos a produção acadêmica destes autores, publicada em português entre os anos de 2000 e 2015. Assim, foram incorporados à análise 21 textos adicionais que estavam disponíveis para download. Esses textos não foram quantificados nas tabelas referentes ao levantamento por terem sido encontrados a partir de uma metodologia diferente daquela proposta originalmente e que foi implementada na primeira fase da pesquisa.

Após a finalização da triagem e quantificação dos textos publicados, realizamos a leitura dos artigos e os catalogamos por meio de fichas, que contêm as seguintes informações: referência bibliográfica, resumo, palavras-chave, objetivo, tipo de pesquisa, período, forma de coleta de dados, referencial teórico de análise, resultados, recomendações e observações/destaques. Quanto às teses e dissertações, optamos por fazer uma leitura direcionada aos resumos e partes relevantes das mesmas, salvo nos casos em que os conteúdos se relacionavam diretamente aos temas que se destacaram ao longo do levantamento. Quando fizemos esta opção, consideramos também que as pesquisas apresentadas na maioria das teses e dissertações foram publicadas em forma de artigo. Esse material foi igualmente catalogado em fichas, que contêm: referência bibliográfica, nome do orientador e co-orientador, resumo e palavras-chave. A partir destas fichas, construídas por trechos extraídos dos textos originais, e com o apoio dos artigos, teses e dissertações completos, realizamos a análise da produção acadêmica sobre crianças e adolescentes, em situação de rua, publicada no Brasil entre os anos de 2000 e 2015.



### 3. Produção acadêmica em números

Mais de cinco mil títulos foram encontrados através das buscas dos descritores nas bases bibliográficas. Percebemos que alguns dos textos encontrados não contemplavam o tema “crianças e adolescentes em situação de rua<sup>VI</sup>”, o que nos levou a realizar uma nova triagem para que não fossem incluídos textos que fugissem do foco central da pesquisa. Dessa forma, chegamos a 851 títulos que estavam de fato alinhados aos temas e aos padrões estabelecidos pela pesquisa, mas apenas 529 puderam ser encontrados na íntegra para download, conforme ilustrado na tabela 1.

Bases Bibliográficas	Textos encontrados	Textos selecionados	Textos baixados*
Scielo	441	134	127
Lilacs	689	100	80
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	505	166	111
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	1377	149	109
Domínio Público	24	20	20
Worldcat	1389	119	39
Periódico Capes	863	163	43
Total	5288	851	529

Fonte: Projeto: Políticas Públicas e os Desafios da Implementação: Análise do Caso Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Rio de Janeiro (CNE/FAPERJ, PUC-Rio/CIESPI, RJ, 2017).  
\* A diferença entre os textos selecionados e os textos baixados corresponde à repetição de textos ou à indisponibilidade para download.

Devemos registrar que a análise apresentada nesta publicação refere-se apenas a textos diretamente relacionados ao nosso foco central: crianças e adolescentes em situação de rua. Inicialmente incorporamos descritores relativos à questão do acolhimento institucional e das medidas socioeducativas,

pois são temas que guardam relação com a situação de rua e contribuem para a ampliação da compreensão da questão. Todavia, devido à amplitude da pesquisa, optamos por analisar, nesta etapa, somente os textos em que os autores definem seu foco sobre crianças e adolescentes em situação de rua. O restante dos textos foi catalogado e aguarda análises posteriores, não tendo sido incorporado nas discussões que se seguem.

Como se pode ver na tabela 2, trabalhamos com um total de 116 títulos, sendo 61 artigos e 55 teses e dissertações.

Ano de publicação	Artigos	Teses e dissertações	Total
2000	2	1	3
2001	4	0	4
2002	4	3	7
2003	3	3	6
2004	5	2	7
2005	5	3	8
2006	7	5	12
2007	1	8	9
2008	3	8	11
2009	6	7	13
2010	12	1	13
2011	2	7	9
2012	0	2	2
2013	2	1	3
2014	4	3	7
2015	1	1	2
Total	61	55	116

Fonte: Projeto: Políticas Públicas e os Desafios da Implementação: Análise do Caso Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Rio de Janeiro (CNE/FAPERJ, PUC-Rio/CIESPI, RJ, 2017).

Observa-se que há uma maior concentração de publicações entre 2006 e 2010. Diversos fatores podem ter influenciado esse aumento no número de publicações, inclusive mudanças ocorridas nas bases de dados pesquisadas. Mas parece ter havido de fato um aprofundamento do interesse e dos debates sobre o tema neste período, culminando na publicação do Decreto Federal nº 7053, de 2009, marco da formulação de políticas públicas com o intuito de estabelecer diretrizes para o trabalho com a população em situação de rua. Este Decreto instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, além de dar outras providências.

Conforme mostra a tabela 3, é na região sudeste (45) que se encontra o maior número de publicações relacionadas a crianças e adolescentes em situação de rua, seguida da região sul (38).

Tabela 3: Produção acadêmica sobre crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil por região de publicação (2000-2015)			
Região de publicação	Artigos	Teses e dissertações	Total
Sul	23	15	38
Sudeste	24	21	45
Nordeste	2	11	13
Norte	0	1	1
Centro-Oeste	3	7	10
Brasil*	9	0	9
Total	61	55	116

Fonte: Projeto: Políticas Públicas e os Desafios da Implementação: Análise do Caso Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Rio de Janeiro (CNE/FAPERJ, PUC-Rio/CIESPI, RJ, 2017).  
\*Refere-se aos artigos publicados em revistas de associações nacionais.

A tabela 3 revela uma enorme discrepância entre o número de publicações realizadas nas diferentes regiões do Brasil. Um dos elementos que pode contribuir para explicar esse fato é a distribuição desigual de matrículas em cursos de graduação no país. Segundo o último Censo da Educação Superior (INEP, 2016), das 8.027.297 matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância existentes no

Brasil, 3.618,711 (45%) estão no Sudeste e 1.311.201 (16%) estão no Sul. No que diz respeito ao número de universidades, das 195 existentes no país, 78 (40%) estão no sudeste e 47 (24%) no sul. Isso se reflete no fato de ser o eixo sul-sudeste responsável por 71% das produções relacionadas ao tema pesquisado. Registra-se, ainda, a maior concentração de publicações no estado de São Paulo, com 32 títulos. O Rio Grande do Sul aparece na segunda posição, com 23 títulos publicados.

É interessante notar também a diversidade de programas de pós-graduação que produziram teses e dissertações sobre crianças e adolescentes em situação de rua. De certa forma, essa diversidade ilustra a complexidade do tema e sua interdisciplinaridade. Na tabela 4, vemos que os programas de pós-graduação em psicologia (16) e os de pós-graduação em saúde (13) se destacam com o maior número de teses e dissertações produzidas.

Tabela 4: Teses e dissertações sobre sobre crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil por programas de pós graduação (2000-2015)	
Programas	Número de teses e dissertações
Pós-Graduações em Psicologia	16
Pós-Graduações em Ciências da Saúde, Enfermagem e Medicina	13
Pós-Graduações em Serviço Social	6
Pós-Graduações em Filosofia, Ciências Sociais e Antropologia	5
Pós-Graduações em Letras e Linguagem	4
Pós-Graduações em Educação	3
Outros	8
Total	55

Fonte: Projeto: Políticas Públicas e os Desafios da Implementação: Análise do Caso Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Rio de Janeiro (CNE/FAPERJ, PUC-Rio/CIESPI, RJ, 2017).

No que diz respeito aos artigos, consideramos as grandes áreas de conhecimento das quais fazem parte as revistas nas quais eles foram publicados. Neste caso, a área de Ciências Humanas e Sociais se destaca e a área de Ciências da Saúde e Biológicas vem em seguida, conforme mostra a tabela 5.

Grandes áreas de conhecimento	Número de artigos
Ciências Humanas e Sociais	44
Ciências da Saúde e Biológicas	17
Total	61

Fonte: Projeto: Políticas Públicas e os Desafios da Implementação: Análise do Caso Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Rio de Janeiro (CNE/FAPERJ, PUC-Rio/CIESPI, RJ, 2017).

Devemos registrar que a área da psicologia, aqui incluída na grande área das Ciências Humanas e Sociais, é responsável pela maior parte das publicações sobre o tema pesquisado, com 30 artigos publicados, que representam 49,2% do total.

Cabe mais uma vez lembrar que estes números refletem tão somente o universo que chega às bases de dados e, não de forma precisa, a tudo que é produzido no país. No entanto, é esse material que se torna de fato público e acessível ao leitor.

Em seguida, a partir da análise empreendida, discutiremos os temas que se destacaram na produção acadêmica nacional.

## 4. Temas em destaque

Foi considerando os principais temas abordados nos estudos levantados que demos prosseguimento à sistematização e análise da produção acadêmica sobre a população infantil e adolescente em situação de rua no Brasil. Nesta seção, apresentamos uma discussão por temas, destacando o conteúdo das pesquisas realizadas, conforme exposto por seus autores. A sequência dos temas abaixo segue uma lógica simples. Iniciamos com uma discussão conceitual e contextual e partimos para a análise dos temas, buscando aproximá-los de forma a construir um panorama sobre o conjunto de tópicos que emergiram.

Muito embora as análises aqui apresentadas sejam insuficientes para dar conta de uma questão tão complexa e desafiadora, elas revelam debates e preocupações recentes que podem contribuir para uma melhor compreensão do problema e para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua.

### *Definições e terminologia*

De modo geral, nos estudos analisados, observamos o uso de uma terminologia variada para designar grupos de crianças e adolescentes em situação de rua. O termo “menino de rua”, que passou a circular no Brasil nos anos 1980 para classificar um grupo social que ganhava visibilidade nas grandes metrópoles dos países latino-americanos, ainda pode ser encontrado na produção nacional por alguns autores (SUDBRACK, 2004; BOTELHO et al., 2008). Alguns autores fazem uso do termo entre aspas, o que imprimi uma reflexão crítica sobre a utilização desta expressão (FERREIRA, 2000; NÓBREGA; LUCENA, 2004). Constatamos também variações como “crianças e adolescentes de rua” (TFOUNI; MORAES, 2003; MARTINS, 2002) e “crianças de/na rua” (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2006).

A partir da década de 1980, quando o termo “menino de rua” foi ganhando maior circulação no país, diferentes estudos foram realizados sobre esta população e este interesse provocou mudanças, inclusive em sua nomenclatura. A compreensão de que este era um grupo heterogêneo e de que a rua não era definidora da vida desses indivíduos trouxe questionamentos relacionados à formação de suas identidades e subjetividades. A visão de que essas

crianças e esses adolescentes eram um problema em si foi sendo paulatinamente substituída pela compreensão de que a origem e os fatores responsáveis pela ida de crianças e adolescentes para as ruas possuíam uma importância fundamental para o entendimento deste fenômeno. Assim, os termos “crianças em situação de rua” e “meninos e meninas em situação de rua”, para marcar as especificidades de gênero, foram ganhando espaço e destaque no debate (RIZZINI; BUTLER, 2003).

De fato, nos estudos analisados, o termo “em situação de rua” é o majoritariamente adotado, com variações referentes à faixa etária (RIBEIRO et al., 2003; BOTTEGA; MERLO, 2010; SILVA; AVELAR, 2014). Terminologias que imprimem entendimentos semelhantes, tais como “em condição de rua” (BRANDÃO, 2013) e “que vivem nas ruas” (CIRINO; ALBERTO, 2009; ESTIVALET, 2010) também foram identificadas.

Estas categorias se referem a indivíduos que, embora tenham algum vínculo familiar e/ou um endereço, vivem grande parte de seu cotidiano nas ruas, tendo este espaço como uma referência (ARPINI; QUINTANA; GONÇALVES, 2010). Em geral, entre os estudos analisados, as abordagens buscam questionar as tipificações e as crenças que

homogeneizavam este grupo. Assim, os estudos tendem a contribuir para a compreensão dos arranjos culturais e históricos que caracterizam esses sujeitos (MATIAS; FRANCISCHINI, 2010).

Grande parte dos estudos analisados retrata as crianças e os adolescentes em situação de rua como sujeitos de direitos que se desenvolvem em contextos de extrema vulnerabilidade, o que permite que essa população tenha suas ações e suas experiências valorizadas no sentido da compreensão de seu desenvolvimento e de suas potencialidades. Diversos autores destacam, no entanto, que a rua continua sendo considerada um ambiente inadequado para o seu desenvolvimento integral (PALUDO; KOLLER, 2005; MOURA; SILVA; NOTO, 2009; RIZZINI; NEUMANN; CISNEROS, 2009; BRANDÃO, 2013).

### *Caracterizando a vida nas ruas*

Sobre os diversos aspectos do cotidiano de vida nas ruas de crianças e adolescentes, uma grande variedade de estudos mostra que a transitoriedade desta condição impossibilita que seja traçado um perfil único desses sujeitos. No geral, as pesquisas analisadas apenas retratam os atributos

dos sujeitos em um período delimitado de tempo e em um ambiente específico. A diversidade da rua enquanto ambiente de desenvolvimento; a relação com a família e a escola; o cotidiano e as atividades desempenhadas; o tempo de permanência na rua e as redes construídas neste espaço e fora dele fazem parte do universo de elementos a serem considerados na construção de interpretações que respeitem a heterogeneidade desses sujeitos (VARGAS et al., 2006; ALVES, 2002; MARTINS, 2002).

Parece haver uma distinção entre aqueles que consideram o ambiente da rua como definitivo nas condições de vida, nas formas de existência, nas práticas sociais e na identidade da população em situação de rua (MATIAS, 2011); e aqueles que buscam desmistificar a ideia de uma "cultura de rua", considerando que os sujeitos que ali habitam reproduzem os valores sociais dominantes (LEAL, 2007). Neste segundo caso, compreende-se que, ao se pensar os sujeitos a partir da rua, constroem-se classificações, estereótipos e programas que geram uma identidade homogênea para experiências heterogêneas e fragmentadas. Podemos identificar ainda quem enfoque uma abordagem em que, nas ruas, os valores sejam universais, embora as variações em seu conteúdo resultem do contex-

to histórico e cultural vivenciado (PALUDO, 2002).

A solidariedade, a valorização da família, da educação e do trabalho, mesmo em meio a condições de vida precárias e a violações de direitos, seguem presentes no cotidiano destes sujeitos (NICOLETTI, 2006). Eles demonstram ser capazes de visualizar perspectivas futuras para além da rua e de construir formas de se relacionar com o mundo que não sejam perpassadas exclusivamente pelo abandono e pela violência (ESTIVALET, 2010). Isso, entretanto, nem sempre é possível. Há grupos que, por diversos motivos, parecem ter mais dificuldade de romper com esse universo (SOBRAL, 2008).

De acordo com a literatura analisada, existem diferentes olhares sobre a experiência de vida nas ruas. É possível destacar aspectos positivos, relacionados ao acolhimento, a fonte de trabalho e lazer, a liberdade e a tentativa de superação de condições adversas; e aspectos negativos, associados à estigmatização e à marginalização. Representações ambíguas como estas permitem questionar a ideia de que crianças e adolescentes estão nas ruas apenas por vontade ou desejo, uma vez que enfrentam episódios frequentes de violência (ARPINI; QUINTANA; GONÇALVES, 2010; RIBEIRO, 2003; NÓBREGA; LUCENA, 2004).



## *Afastamento de casa*

Este é um tema muito presente nas pesquisas com foco sobre a população infantil e adolescente em situação de rua. Compreender o contexto econômico, social, político e cultural no qual se inserem crianças e adolescentes é fundamental para o debate acerca dos motivos que as impulsionam para as ruas. Há uma ampla gama de fatores relacionados a essa questão, no entanto, a pobreza urbana e os fatores a ela associados, como a violência, os abusos e a negligência, inclusive no contexto familiar, permanecem como as principais causas do afastamento de crianças e adolescentes de suas casas.

A “ausência da mãe”, as “agressões dos genitores” e a “miséria e desagregação familiar” fazem parte das múltiplas dificuldades encontradas na estrutura familiar desses sujeitos, que veem na rua uma alternativa para o tratamento austero, negligente e/ou agressivo de seus responsáveis (RIBEIRO, 2001). A violência aparece em destaque nos relatos das crianças e dos adolescentes pesquisados como justificativa para o afastamento de casa. Discussões, brigas constantes, maus tratos e abusos físicos figuram no rol das violências vivenciadas em ambiente familiar (YUNES et al., 2001; SCHWONKE,

2006; MOURA; SILVA; NOTO, 2009).

A busca por maior liberdade também emerge como um elemento que impulsiona à ida para as ruas, provocando certo “deslumbramento”, uma vez que parece que ali tudo é permitido (CIRINO; ALBERTO, 2009). Todavia, apontam alguns autores, não se pode descartar o fato de que muitos chegam às ruas em busca de trabalho para ajudar no sustento de suas famílias ou mesmo para conseguir dinheiro para seus gastos pessoais (PALUDO; KOLLER, 2008).

Questões financeiras e afetivas podem provocar e vir a agravar os processos de enfraquecimento dos laços afetivos familiares e comunitários e, assim, influenciar definitivamente na dinâmica e nas configurações das famílias, tornando-se as principais causas da ida de crianças e adolescentes para as ruas (SILVA; AVELAR, 2014). Em geral, o afastamento do lar pode se consolidar diante do fortalecimento de alternativas de afeto e solidariedade oferecidas nas ruas e da construção de fortes redes de relacionamento, positivas ou negativas, com os amigos, as drogas e as instituições de assistência e acolhimento. O movimento de ir e vir, entre a casa, a rua e as instituições constitui importante tônica das trajetórias de vida desses sujeitos (RIZZINI; NEU-

MANN; CISNEROS, 2009; FRANGELLA, 2000).

### *Família*

Embora as relações familiares de crianças e adolescentes em situação de rua sejam permeadas por conflitos, a família permanece sendo uma importante rede de pertencimento para esses sujeitos. Seus vínculos resistem, ainda que fragmentados e permeados por ambivalências.

Nas pesquisas analisadas, as famílias de origem de crianças e adolescentes em situação de rua são, com frequência, descritas como numerosas e convivem com diversas formas de violência. Alguns dos aspectos que marcam suas vidas são: carência material e afetiva, ameaças na comunidade, perda de parentes, uso abusivo de drogas e a persistência trabalho infantil. Autores apontam uma diversidade de composições e rearranjos familiares, que incluem sucessivos recasamentos e separações. Ainda assim, os grupos familiares costumam girar em torno das mães. Os pais biológicos geralmente estão ausentes e, em algumas casas, a figura do padrasto acaba complicando as relações intrafamiliares. Histórias de abuso físico e sexual são uma constante nos relatos destas crianças e destes

adolescentes (PALUDO; KOLLER, 2008; BARROS et al., 2009; ARPINI; QUINTANA; GONÇALVES, 2010).

Em parte dos casos, a casa representa privação e o desenvolvimento forçado de relações intrafamiliares problemáticas. Afeto e aceitação, alternados com indicações de maus-tratos e rejeição, fazem parte do cotidiano familiar desses sujeitos. Essa dinâmica costuma gerar uma ambivalência afetiva em relação ao lar e certa fragilidade nos laços familiares (SILVA; AVELAR, 2014). Nas ruas, parte das crianças e dos adolescentes segue idealizando suas famílias de origem e afirma desejar retornar para suas casas, a despeito de todas as dificuldades (FERREIRA; LITTIG; VESCOVI, 2014). Episódios que revelam a ausência e/ou negligência das figuras parentais e os rearranjos familiares caminham lado a lado com a idealização de uma família unida e feliz (YUNES et al., 2001; TFOUNI; MORAES, 2003).

Devemos registrar ainda que, para parte daqueles em situação de rua, as instituições de acolhimento passam a representar suas casas, suprimindo parte dos vínculos familiares já enfraquecidos, rompidos ou mesmo inexistentes. Crianças e adolescentes acolhidos constroem vínculos de solidariedade entre si, que surgem a partir de vivên-

cias cotidianas mas, ainda assim, os conflitos e a desconfiança persistem (MEDEIROS et al., 2002).

### *Instituições de acolhimento*

De acordo com a literatura analisada, crianças e adolescentes em situação de rua recorrem às instituições de acolhimento para suprir suas necessidades básicas de alimentação, higiene, lazer, segurança, entre outras. O papel que esses espaços ocupam em suas vidas é considerado fundamental, muito embora dificuldades de adaptação e carências financeiras sejam problemas comumente relatados.

Entre os objetivos das instituições de acolhimento estão a reinserção social, a defesa dos direitos e o fornecimento de condições básicas de sobrevivência para crianças e adolescentes em situação de rua. Essas instituições podem ser ainda espaços privilegiados de acolhimento, escuta e respeito. A avaliação positiva de seu desempenho, com frequência, está centrada nas conquistas cotidianas que, embora pequenas em relação aos objetivos propostos pelas instituições, confortam os profissionais que ali atuam (SANTANA et al., 2004 e 2005). Também se faz presente a compreensão de

que o trabalho realizado nestas instituições é limitado pelo contexto social mais amplo de exclusão no qual se insere (CONCEIÇÃO; SUDBRACK, 2004).

Identificamos uma série de desafios relacionados a estes espaços nas publicações pesquisadas, dentre eles: a insuficiência de recursos financeiros; as dificuldades de articulação com a rede de atendimento; as constantes mudanças nas propostas de trabalho; a rotatividade dos educadores sociais; as regras que parecem arbitrárias e inadequadas para os adolescentes acolhidos; o afastamento dos amigos e da família; a ociosidade e a ausência de um atendimento individualizado (MOURA; SILVA; NOTO, 2009; NOGUEIRA; BELLINI, 2006). Além disso, são comuns críticas relacionadas ao fato de que em parte dessas instituições subsistem características de “instituição total”, o que viola os direitos de crianças e adolescentes e dificulta seu processo de formação de identidade e autonomia (RIBEIRO; CIAMPONE, 2002).

Sobre as perspectivas de futuro de crianças e adolescentes acolhidos após sua vivência em situação de rua, é possível observar dificuldades relacionadas à alteração na noção temporal e espacial destes sujeitos e à desorganização das referências básicas de suas histórias de vida (FERREIRA;

LITTIG; VESCOVI, 2014). Ressalta-se, no entanto, que o despertar para novas perspectivas e para o processo de reinserção social é possível quando amparado por ações pedagógicas e pelo fortalecimento das relações entre a população atendida e os educadores sociais inseridos nas instituições (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2006).

### *Violência*

O tema da violência é um dos mais recorrentes nas pesquisas que focalizam a população infantil e adolescente em situação de rua. Nestes casos, a violência reportada não é apenas física, mas também psíquica, emocional e simbólica. Embora a compreensão de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua sobre a violência seja pontual e da ordem do vivido, o fato é que ela repercute sobre a saúde física e mental destes sujeitos a curto e longo prazo e está associada a fatores sociais mais amplos como a desigualdade social e econômica (CARINHANHA, 2009).

Ressalta-se que para muitos a violência começa a ser experimentada nos primeiros anos de vida, ainda no contexto familiar. A ida para as ruas torna-se uma busca por espaços de proteção (ME-

DEIROS, 2007), sendo o abandono, a negligência e o uso abusivo de álcool e outras drogas considerados as principais causas dessa modalidade de violência (ARPINI; QUINTANA; GONÇALVES, 2010).

Nas ruas, a situação parece se assemelhar. A exposição à violência faz parte da dinâmica destes espaços e não está relacionada somente às precárias condições de vida. A violência pode ser também psicológica e moral e afirmar-se na forma de xingamentos, por exemplo; e física, podendo causar sérios danos, inclusive a morte (SILVA, 2005). Relatos de violência são bastante comuns e revelam que a rua vulnerabiliza e torna crianças e adolescentes vítimas potenciais de agressões físicas e verbais, exploração do próprio trabalho e exposição às drogas. Ataques de gangues rivais, abusos físicos e sexuais e humilhações pela polícia e pela sociedade de modo geral são comumente reportados como parte do cotidiano daqueles que vivem em situação de rua e reforçam a estratégia de organização em grupo como forma de proteção (CIRINO; ALBERTO, 2009; NOGUEIRA; BELLINI, 2006; RIZZINI; NEUMANN; CISNEROS, 2009).

Um outro ponto a ser destacado é que, em alguns contextos, crianças e adolescentes em situação de rua assumem o papel de vitimizadores

(agressores), o que pode ser entendido como uma tentativa de romper com o papel de vítima (PALUDO; KOLLER, 2005). O uso de drogas parece precipitar o envolvimento de adolescentes em episódios de violência. Isso porque seu consumo pode provocar mudanças de comportamento que parecem encorajar e anestesiar os momentos em que eles cometem ou são vítimas de violência (ARPINI; GONÇALVES, 2011). Essa prática também complica a relação destes sujeitos com agentes de segurança pública, representados, principalmente, pela figura dos policiais. Estes costumam ser descritos como violentos, preconceituosos e agressivos, embora, em alguns casos, o caráter protetivo da ação policial seja reconhecido (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2006; MOURA; SILVA; NOTO, 2009).

### *Drogas*

O consumo de drogas é uma questão frequentemente abordada na produção acadêmico-científica sobre crianças e adolescentes em situação de rua. De modo geral, compreende-se que situações de vulnerabilidade, mesmo quando experimentadas ainda no ambiente familiar, contribuem para o uso precoce dessas substâncias.

A ida para as ruas aprofunda condições de vida adversas, reforçando, em muitos casos, o uso de drogas como estratégia de sobrevivência. Além de amenizar a fome e a violência cotidiana, esta prática é uma forma de iniciação em grupos que são importantes facilitadores para a sobrevivência nas ruas.

Embora o uso de cola (RIBEIRO et al., 2003) e de solventes (NASCIMENTO, 2009) tenha sido destacado em alguns dos estudos analisados, o consumo de crack parece despertar a preocupação de grande parte dos pesquisadores, sobretudo quando considerada sua relação com situações de empobrecimento social, com destaque para contextos de moradia precária e desabrigamento (MOTA, 2012; CLARO et al., 2014; BRANDÃO, 2013; NUNES, 2004; NUNES; ANDRADE, 2009).

A dinâmica familiar aparece como um elemento importante a ser observado no que tange esta questão, ora desempenhando papel protetor, ora facilitador, em relação ao uso de drogas (NEIVA-SILVA, 2008; NASCIMENTO, 2009). A relação desta prática com os “comportamentos de risco”, alguns vinculados à busca pela droga e outros ao estado de “intoxicação”, também se destaca (MOURA; SILVA; NOTO, 2009). Além disso, existem preo-

cupações relacionadas ao fato de que as drogas proporcionam um prazer imediato, que pode diminuir outros interesses, fazendo com que as crianças e os adolescentes abandonem os estudos e o brincar, tornando preponderante a necessidade de conseguir dinheiro para sobreviver e sustentar o uso de drogas (NUNES, 2004; NUNES; ANDRADE, 2009).

Nas análises realizadas, o consumo de drogas em situação de rua também é relacionado à falta de estrutura e à desarticulação dos serviços públicos. Precárias condições em instituições do tipo casa de passagem revelam a negligência do governo em relação a esta população e contribuem para ampliar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes e os distanciar dos programas de saúde e de assistência social (MOTA, 2012). O tratamento político e assistencial destinado a crianças e adolescentes em situação de rua usuários de drogas, baseado em práticas repressivas e na violência sancionada pelo Estado, parece tornar essa prática ainda mais destrutiva e reforça o estigma em torno do consumo e dos usuários (BRANDÃO, 2013; NUNES, 2013).

### *Trabalho infantil*

Sabe-se que problemas econômicos e financeiros fazem parte do rol de elementos que afastam crianças e adolescentes de suas casas. Seja com o objetivo de contribuir para o sustento familiar, seja com o objetivo de conseguir bens para si mesmos, grande parte daqueles que chegam às ruas desempenha algum tipo de trabalho.

Entre os textos analisados foi possível identificar que as famílias contribuem, direta ou indiretamente, no desenvolvimento das atividades e na mobilização de estratégias para a realização do trabalho infantil, cumprindo papéis diferentes na divisão de tarefas, no planejamento e desenvolvimento do trabalho. Ao mesmo tempo em que esta participação favorece as crianças, pois pode amenizar a carga física da atividade e contribuir para a formação de valores e normas para o trabalho, esse comportamento expressa a aceitação e a participação familiar e da sociedade na persistência do trabalho infantil (CRUZ; ASSUNÇÃO, 2008). Os riscos que permeiam o trabalho infantil, sobretudo no que tange à violência, a redução das perspectivas de estudo e os danos provocados ao desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes

fazem parte das preocupações registradas pelos pesquisadores. Crianças e adolescentes parecem compreender que perspectivas positivas de futuro estão associadas ao afastamento das drogas e ao retorno à escola, o que reforça o importante papel que pode ser exercido por essas instituições no enfrentamento ao trabalho precoce e na educação preventiva (CIRINO; ALBERTO, 2009).

### *Educação / Escola*

Embora a importância da educação e das oportunidades a ela associadas seja um tema frequentemente abordado nos estudos sobre crianças e adolescentes em situação de rua, observa-se uma grande lacuna no que se refere à análise acerca das condições de escolarização. Crianças e adolescentes em situação de rua compõem um grupo heterogêneo. Dessa forma, não podemos deixar de sinalizar que o caso daquelas que vivem em instituições de acolhimento ou que desempenham atividades laborais nas ruas, mas retornam para suas casas no final do dia, é diferente. Entre essas crianças, a ida à escola é mais comum, sobretudo quando obrigatória, se vinculada a programas governamentais de distribuição de renda.

De forma geral, considera-se que a falta de capital econômico, cultural e social prejudica o acesso à educação. Como estes fatores são fortemente atravessados por condições socioeconômicas, as famílias pobres, assim como as crianças e os adolescentes em situação de rua, vivenciam processos de vulnerabilização que limitam suas possibilidades de escolarização. Todavia, o acesso à educação pode ser influenciado, restringido ou ampliado, por um conjunto de fatores que não se limitam às dimensões diretamente econômicas, como o número de dias trabalhados, a moradia na rua, a idade, a gravidez precoce e a localização em determinados municípios da região metropolitana. Por outro lado, políticas públicas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), parecem ampliar as possibilidades de estudo, mesmo entre segmentos mais vulneráveis (FERREIRA; NOGUEIRA JR.; COSTA, 2010).

Alguns estudos evidenciam a necessidade de mudanças para garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes em situação de rua em instituições educacionais. Eles indicam ser preciso alterar a organização, a estrutura e as relações das escolas de modo a criar mecanismos adequa-

dos para esse grupo populacional. A lógica de seleção, seletividade e avaliação, visando sempre o aluno médio, faz com que a escola não apareça como possibilidade para aqueles que vivem nas ruas, impedindo a garantia do seu direito à educação. As capacidades e habilidades dessas crianças e desses adolescentes são ignoradas, mesmo que garantam a sua sobrevivência em contextos de extrema vulnerabilidade. O mesmo ocorre com sua história, cultura e linguagem (SILVA, 2005). Além disso, as condições de desigualdade que marcam os estudantes que vivem em situação de rua, aí incluídos maus-tratos, discriminação e desrespeito, imprimem a ausência de reconhecimento social dessa população, que necessita da construção de estratégias capazes de mitigar os efeitos da desigualdade social para permanecer na escola, tais como a possibilidade de acesso a consultas médicas, ao direito de ter documentos, de usar roupas limpas e de ser chamado pelo nome. Isso ajudaria a transformar as escolas em espaços de luta por reconhecimento social e pela emancipação através da educação (GODINHO, 2015).

### *Saúde*

Diversos estudos apontam que, nas ruas, crianças e adolescentes estão expostos a uma série de fatores de risco, tais como a ausência de um abrigo seguro, a difícil manutenção de hábitos de alimentação e higiene adequados, o trabalho infantil, o uso de drogas e a prática sexual como estratégia de sobrevivência e com alto risco de contaminação. Esses elementos impactam diretamente em sua saúde e as consequências de viver na rua podem manifestar-se através de doenças, dependência química, má nutrição, morte prematura, entre tantos outros (MORAIS et al., 2010). Os sentimentos de imunidade e onipotência, comuns na adolescência, podem contribuir para que eles se exponham ainda mais a riscos e a relações sexuais sem o uso de preservativos, aumentando significativamente suas chances de exposição às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e a AIDS. A falta de informações e a dificuldade de processá-las de maneira adequada, aliadas ao precário acesso aos serviços de saúde, contribuem para o agravamento deste cenário (SCHWONKE; FONSECA; GOMES, 2009).

Contudo, pesquisas também indicam que as ruas podem oferecer fatores de proteção e a saí-



da de casa pode significar a tentativa de construção de uma “estratégia saudável” diante de ambientes familiares e comunitários extremamente pobres e atravessados pela violência. Analisar esses elementos pode contribuir para uma compreensão mais abrangente e realista do desenvolvimento humano (MORAIS, 2005; LIMA, 2014). A má alimentação, por exemplo, que interfere diretamente nos processos de saúde-doença, faz parte do cotidiano de um grande número de famílias e isso acaba impulsionando parte das crianças e adolescentes para as ruas em busca de sustento para si e seus familiares (RIZZINI et al, 2003; AMPURO; ALCES; CÁRDENAS, 2004). Além disso, a ida para as ruas pode ser vista também como uma forma de escapar de fatores ambientais e psíquicos que causam danos físicos e psicológicos, mesmo que de forma inconsciente, conformando uma escolha criativa na busca por saúde mental (BOTELHO et al, 2008).

Sobre a promoção de saúde para crianças e adolescentes em situação de rua, alguns autores ressaltam que a construção de estratégias de atendimento em rede e em espaços que permitam a educação e a criação de novos vínculos parece ser a estratégia desejada, embora os desafios para o atendimento desta população ainda persistam.

Exemplos disso são a dificuldade de acesso aos serviços pela ausência de um adulto responsável ou de um endereço fixo, a falta de rotina e as condições precárias em que vivem. Assim, alguns autores enfatizam a necessidade de adequação do atendimento ofertado a esta população (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2006). Recomendações como a realização de escutas atenciosas e a valorização daqueles em situação de rua são indicadas como capazes de contribuir para a promoção de saúde, uma vez que permitem a identificação do contexto cultural dos participantes, facilitam o planejamento de métodos de intervenção adequados e despertam nos jovens o interesse de alertar seus pares sobre as questões abordadas (LUNA, 2011).

### *Atendimento*

A compreensão de que a situação de rua faz parte de complexas questões sociais e multisetoriais e que a formulação, implementação e controle das políticas sociais encontram limites no atual estágio de desenvolvimento capitalista faz parte dos estudos analisados (MALFITANO, 2008; REIS, 2014). Críticas em relação ao recolhimento compulsório de crianças e adolescentes e a per-

petuação de práticas de criminalização, controle e repressão direcionadas aos pobres estão incluídas no repertório dos estudos analisados. Eles sugerem que o medo e o risco acabam por determinar o funcionamento das políticas sociais e dos serviços voltados para este grupo social. Além das implicações negativas nas histórias de vida desses sujeitos, este tipo de prática não tem trazido resultados positivos concretos na proteção da maioria dos sujeitos recolhidos, nem contribuem na busca por alternativas para sua saída definitiva das ruas (GATTO BRITO, 2011; VARGENS, 2011).

Os desafios para o atendimento a esta população são muitos e de grande complexidade, porém as intervenções realizadas atualmente não respondem satisfatoriamente às necessidades de enfrentamento da questão. Ainda assim, as ações desenvolvidas no sentido de promover a saída das ruas são necessárias, assim como seu fortalecimento, articulação e ampliação. Neste sentido, destaca-se a importância da realização de atividades em âmbito preventivo e do fortalecimento das ações que fazem parte da rede de proteção social básica (LIMA, 2014). Para um acompanhamento efetivo dessa população, no sentido da superação de sua condição de rua, é preciso ir além do apoio

psicológico ou social. É preciso de fato compreender o contexto e as múltiplas facetas da vida desses sujeitos, enxergando-os para além do rótulo de “meninos de rua” (ALMEIDA, 2011).

Diversos estudos apontam elementos que podem contribuir para a melhoria do atendimento ofertado a esta população. Os mais citados são: o atendimento intersetorial, as redes de apoio, a mudança do caráter proibicionista das políticas, a construção de vínculos pessoais e sociais, a valorização das capacidades e potencialidades, a construção de perspectivas de futuro, bem como o estabelecimento de um modelo consistente de cooperação entre a sociedade civil e o governo na articulação das políticas públicas (MARCELINO, 2006; FINKLER, 2011). Embora as limitações de iniciativas voltadas para a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho tenham sido pontuadas, essas ações também tiveram destaque por sua contribuição para a socialização, o controle das pulsões, a construção de alternativas no mercado informal e a compensação de dificuldades cotidianas (OLIVEIRA JUNIOR, 2003; ABREU, 2010).

## *Gênero e sexualidade*

Para crianças e adolescentes em situação de rua, a sexualidade é normalmente descoberta a partir da referência de colegas que estão na rua há mais tempo, assim como através de experiências e/ou abusos perpetrados por outros adolescentes e adultos, inclusive no ambiente familiar. Considera-se, com frequência, que a sexualidade de crianças e adolescentes em situação de rua é reduzida ao ato sexual, tido como algo positivo, prazeroso e como uma das coisas boas da vida nas ruas. O fato de estarem nas ruas não impede o sexo e as trocas de favores sexuais, sendo drogas e dinheiro as recompensas habituais nestes casos (MEDEIROS et al., 2001). Comportamentos precoces, com práticas sexuais consentidas ou não, fazem parte da dinâmica de vida desses sujeitos e não parece existir um tabu sobre o tema. A troca de parceiros ocorre com frequência e com certa naturalidade. O uso de métodos contraceptivos e de preservativos, porém, não costuma ser frequente, o que dificulta a prevenção da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis (NOGUEIRA; BELLINI, 2006).

Em alguns casos, o sexo aparece como um fator fundamental para a construção das identidades masculinas e femininas. Saber mais sobre sexo

parece garantir a circulação de crianças e adolescentes pelo “mundo adulto”, baseado no exercício ativo e valorizado da sexualidade (CALAF, 2007). Todavia, o comportamento sexual “mais livre” das mulheres é visto com preconceito mesmo nesses contextos (SCHWONKE, 2006). Esta leitura faz sentido quando consideramos que as relações de gênero entre aqueles em situação de rua são igualmente construídas e significadas dentro de contextos sociais e históricos.

É possível identificar interpretações tradicionais e/ou conservadoras de gênero, presentes no imaginário social, nos discursos da população em situação de rua. Alguns elementos que se mostram presentes na base da construção da masculinidade neste contexto são: o trabalho, a proteção à parceira, a função de provedor moral e material, a comprovação da virilidade e a dissociação entre sexo e reprodução. Já a afetividade, a reflexividade e o cuidado são elementos associados a feminilidade. Aponta-se que estas construções parecem mais fortes quando se referem ao futuro e aos ideais de vida, mas parecem relativizar-se nas relações vividas, sem que isso seja racionalmente percebido pelos jovens (GONTIJO; MEDEIROS, 2008). As meninas e jovens reproduzem esse imaginário social e,

em sua maioria, expressam que a mulher é destinada a maternidade e que ela prefere permanecer no espaço privado. Registra-se que as próprias instituições voltadas para seu atendimento e acolhimento institucional igualmente reproduzem esta lógica, distribuindo tarefas domésticas apenas entre as meninas e ofertando estruturas e cursos condizentes com o “universo feminino” a elas (RODRIGUES, 2009).

### *Maternidade*

O tema da maternidade, embora da maior importância no contexto das ruas, apareceu pouco na análise realizada. Constatamos que pouco se sabe sobre o caso específico das adolescentes e jovens mães em situação de rua. Pesquisas recentes apontam que a gestação e a maternidade se revelam estratégias para romper com a invisibilidade para meninas, que passam a ocupar papéis socialmente reconhecidos. Ao tornarem-se mães e mulheres, elas estabelecem relações de amor e afeto muitas vezes até então inexistentes (GONTIJO, 2007; FERNANDES, 2012; PENNA et al., 2012; SANTOS; MOTTA, 2014).

A maior parte dos estudos analisados busca

explorar as contradições entre os discursos que caracterizam a gravidez na adolescência de maneira negativa e a forma como esse processo é vivenciado pelos sujeitos. Neste caso, considerada uma etapa natural de amadurecimento, a maternidade pode ser interpretada como um resgate da esperança e um estímulo à superação das adversidades (GONTIJO; MEDEIROS, 2008). Nestes estudos, diversos aspectos positivos da maternidade, bem como o desejo de construir uma família e garantir condições adequadas de vida para os filhos são apontados como possibilidades de mudança na vida destas jovens mães. Mas estes estudos também mostram serem habituais cenários em que estão presentes baixos níveis de escolaridade, dificuldades de leitura e escrita e, conseqüentemente, enormes obstáculos para seguir trajetórias de trabalho que lhes possibilitem maior autonomia (RIZZINI, 2011). Reporta-se como fazendo parte da vida dessas adolescentes a existência de famílias chefiadas por mulheres e com pais ausentes, assim como a pobreza, a vida nômade, o uso abusivo de drogas e a violência. Elas relatam relacionamentos sexuais precoces com parceiros pouco conhecidos e sem uso de anticoncepcional, e sugerem a utilização do sexo como estratégia de sobrevivência e para o

consumo de drogas (SCAPPATICCI, 2006).

embora seja importante desmistificar a questão da gravidez na adolescência vista apenas como um problema, é fundamental considerar os contextos socioeconômicos, a ausência de oportunidades e as experiências dolorosas por que passam as adolescentes em situação de rua. Muitas vezes, mais do que uma opção de fato, essa escolha é fruto da ausência de oportunidades para visualizar um futuro diferente para si.

## 5. Considerações finais

A análise da produção acadêmica, como a que subsidiou a pesquisa ora apresentada, potencializa o conhecimento coletivo e favorece a identificação da riqueza de sua contribuição, assim como das lacunas existentes. Possibilita também o aprofundamento do conhecimento sobre recursos e métodos de pesquisa utilizados para a compreensão de diferentes temas. Também chamada de “estado da arte”, este tipo de pesquisa nos permite ainda conhecer os limites e pensar estratégias de abordagem sobre questões que podem subsidiar a construção de soluções mais apropriadas e efetivas para os problemas identificados.

No caso deste estudo em particular, um de nossos objetivos foi refletir sobre recomendações apontadas para políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua. A complexidade do tema abordado faz com que as recomendações propostas para o atendimento oferecido a esta população sejam diversas e multifacetadas. Sem a pretensão de esgotar o rol de possibilidades, procuramos indicar as principais propostas que nos ajudam a compreender os desafios do cenário atual.

Considerando as especificidades e a complexidade das trajetórias de vida de crianças e adolescentes em situação de rua, diversos estudos destacam a necessidade de maior articulação em rede e do desenvolvimento de um trabalho intersetorial e interdisciplinar capazes de assegurar seus direitos, entre eles o de sua proteção integral. A ampliação do orçamento público destinado a essas ações, assim como uma maior participação da sociedade civil organizada neste debate, são elementos necessários para a oferta de serviços adequados a essa população. Além disso, recomenda-se a produção de dados e de estudos sistemáticos voltados para a compreensão do fenômeno e para o aprimoramento da ação dos órgãos públicos, tanto no que se refere à elaboração, quanto à implementação e o monitoramento das políticas públicas.

As recomendações também se voltam para os profissionais envolvidos no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. A importância do cuidado e da escuta, da contínua formação pessoal e capacitação profissional e da criação de espaços de discussão e supervisão continuadas são alguns

elementos apontados como capazes de transformar as situações de trabalho e aprimorar o atendimento ofertado.

Outra questão que merece destaque é a importância da participação de crianças, adolescentes e jovens na construção e execução das estratégias de atendimento. Neste sentido, é necessário criar espaços de participação e decisão através dos quais esses sujeitos possam expressar suas demandas e se tornar agentes nas decisões que versam sobre suas vidas. Iniciativas que oportunizam o exercício da cidadania, assim como a reinserção social e a construção de projetos de vida são fundamentais.

Também merece destaque o indispensável investimento nas famílias e comunidades de origem de crianças e adolescentes em situação de rua, perpassadas cotidianamente por contextos de extrema vulnerabilidade. A vida em condições de pobreza, com recursos materiais insuficientes para prover as necessidades mais básicas das crianças é ainda uma das causas que levam crianças e adolescentes às ruas. A violação de direitos continua sendo frequente entre estes sujeitos que transitam entre a casa, as ruas e as diferentes instituições de acolhimento e/ou privação de liberdade.

Como se pode concluir, a partir da revisão da literatura empreendida, há uma certa continuidade de abordagem de temas presentes nas últimas décadas, sem maiores aprofundamentos. Entretanto, essas abordagens nos permitem revisitar questões fundamentais sobre a vida nas ruas, como as causas que levam a saída de casa e diversos aspectos do cotidiano de vida nas ruas. Constatamos que alguns temas se destacam de forma mais significativa, acompanhando preocupações atuais, mas que carecem de aprofundamento, como por exemplo, a relação com o universo das drogas, sobretudo o crack; questões de gênero e sexualidade e maternidade no contexto das ruas. Como pontos que permanecem pouco tocados, ressaltamos a ausência de análises que conjuguem dados qualitativos e quantitativos, a invisibilidade da questão étnico-racial e a ausência de pesquisas de cunho longitudinal.

As reflexões reunidas neste texto tornam a busca por recomendações e diretrizes para o desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas públicas alinhadas à defesa dos direitos humanos uma questão de extrema relevância, sobretudo no cenário atual, em que se encontra em curso um processo de regressão de direitos e de aprofundamento de inúmeras formas de violação. Neste contexto,

crianças e adolescentes em situação de rua se tornam um grupo particularmente suscetível à invisibilidade política. Elementos apontados, como o enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários, a ausência da escola, o trabalho infantil, o envolvimento com o tráfico de drogas e a violência contribuem para que este grupo seja preterido na agenda de investimentos e proteção do Estado.

Nossa expectativa é que a análise empreendida contribua para nortear o desenho de prioridades e estratégias efetivas de ação, alinhadas aos desafios da atualidade e aos parâmetros normativos e humanitários com os quais o Brasil se comprometeu em âmbitos nacional e internacional. O tema volta à pauta política internacional e espera-se que este debate pressione os países signatários da Convenção dos Direitos das Crianças (1989) a reafirmar seu compromisso e assumir novas ações voltadas para essa população. Há apenas alguns meses, a Comissão de Direitos da Criança das Nações Unidas aprovou seu mais recente Comentário Geral, com importantes recomendações relativas à população infantil e adolescente em situação de rua, pleiteando que todos os países incluíssem essa questão como prioridade em suas agendas políticas (UN General Comment N° 21, junho de 2017).

Há muito a aprofundar, mas este é, sem dúvida, um início. Devemos resistir para garantir o cumprimento dos compromissos assumidos, sobretudo perante à população infantil e adolescente do país. Não nos faltam caminhos, pois o Brasil tem um importante acúmulo de conhecimento e experiência no que tange ao cuidado de crianças e adolescentes em situação de rua.



## 6. Referências bibliográficas

- ABREU, W. F. O trabalho de socialização de meninos de rua em Belém do Pará: um estudo sobre a República do Pequeno Vendedor. 2010. 162p. Tese (Doutor em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- ALMEIDA, F. S. Compondo a aquarela da vida de meninos e meninas de rua no município de Vitória. 2011. 123f. Dissertação (Mestre em Psicologia Institucional) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2011.
- ALVES, P. B. et al. Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 18, n. 3, p. 305-313, set./dez. 2002.
- AMPURO, D. M.; ALCES, P. B.; CÁRDENAS, C. J. A fome para meninos e meninas em situação de rua: além da sensação da “barriga vazia”. *Rev. Bras. Cres. e Desenv. Hum.*, S. Paulo, 14(1), 2004.
- ARPINI, D. M.; GONÇALVES, C. S. Drogas e álcool na relação com a violência: o olhar de adolescentes em situação de rua. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 42, n. 4, p. 442-449, out./dez. 2011.
- ARPINI, D. M.; QUINTANA, A. M.; GONÇALVES, C. S. Relações familiares e violência em adolescentes em situação de rua. *Psicol. Argum.*, 28(63), p. 325-336, out./dez. 2010.
- BARROS, P. C. M. et al. Era uma casa ...!? Discurso, dinâmica familiar e contingências da rua. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 3, p. 447-453, jul./set. 2009.
- BOTELHO, A. P. et al. Meninos de rua: desafiliados em busca de saúde mental. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 361-370, abr./jun. 2008.
- BOTTEGA, C. G.; MERLO, A. R. C. Prazer e sofrimento no trabalho dos educadores sociais com adolescentes em situação de rua. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 13, n. 2, p. 259-275, 2010.
- BRANDÃO, B. O Estado nas margens e as margens do Estado: ações políticas para meninos em condição de rua usuários de crack. *Publ. UEPG Ci. Soc. Apl.*, Ponta Grossa, 21 (2), p. 173-180, jul./dez. 2013.
- CALAF, P. P. Criança que faz criança: (des)construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua. 2007. 164f. Dissertação (Mestre em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade

de Brasília, Brasília, 2007.

CARINHANHA, J. I. Violência vivenciada pelas adolescentes em situação de rua: bases para o cuidado de enfermagem pela cidadania. 2009. 122 f. Dissertação (Mestre em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CERQUEIRA-SANTOS, E. et al. Concepções de policiais sobre crianças em situação de rua: um estudo sobre preconceito. *Psico-USF*, v. 11, n. 2, p. 249-256, jul./dez. 2006.

CIRINO, D. C. S.; ALBERTO, M. F. P. Uso de drogas entre trabalhadores precoces na atividade de malabares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 3, p. 547-555, jul./set. 2009.

CLARO, H. G. et al. Perfil e padrão de uso de crack de crianças e adolescentes em situação de rua: uma revisão integrativa. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.*, v. 10 (1), p. 35-41, jan./abr. 2014.

CONCEIÇÃO, M. I. G.; SUDBRACK, M. F. O. Estudo sociométrico de uma instituição alternativa para crianças e adolescentes em situação de rua: construindo uma proposta pedagógica. *Psicologia: reflexão e crítica*, 17(2), p.277-286, 2004.

CRUZ, M. N. A.; ASSUNÇÃO, A. A. Estrutura e organização do trabalho infantil em situação de rua em Belo Horizonte, MG, Brasil. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 131-142, 2008.

ESTIVALET, A. G. Os Sem-Lugar: uma análise de trajetórias de jovens que vivem nas ruas de Porto Alegre. *Revista Escola de Gestão Pública*, 2010.

FERNANDES, R. S. A maternagem em unidade de abrigamento: a relação entre mães adolescentes e seus filhos. 2012. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, F. P. M.; NOGUEIRA JR., R. P.; COSTA, B. L. D. Determinantes da escolarização de crianças e adolescentes em situação de rua no estado de Minas Gerais. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 465-488, jul./set. 2010.

FERREIRA, T. Os Meninos e a rua - o psicólogo e os impasses da assistência. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 20 (1), p. 2-17, 2000.

FERREIRA, V. V. F.; LITTIG, P. M. C. B.; VESCOVI, R. G. L. Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de

futuro após situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, p. 165-174, 2014.

FINKLER, L. Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias. 2011. 277f. Tese (Doutor em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

FRANGELLA, S. M. Fragmentos de Corpo e Gênero entre Meninos e Meninas de Rua. *Cadernos Pagu*, nº14, pp.201-234, 2000.

GATTO BRITO, M. E. O outro lado de uma política de governo na reprodução e perpetuação de desumanidades: o recolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. 2011. 140 f. Dissertação (Mestre em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GODINHO, J. M. A escola de quem não tem escola: os desafios da escolarização para jovens em situação de rua. 2015. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

GONTIJO, D. T. Adolescentes com experiência de vida nas ruas: compreendendo os significados da maternidade e paternidade em um contexto de vulnerabilidade /desfiliação. 2007. 394 f. Tese (Doutor em Ciências da Saúde) – Programa Multiinstitucional de Pós-graduação em Ciências da Saúde - Convênio Rede Centro Oeste: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2007.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. Adolescência, gênero e processo de vulnerabilidade/desfiliação social: compreendendo as relações de gênero para adolescentes em situação de rua. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 33, n. 4, p. 605-617, out./dez. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 14/09/2017.

LEAL, E. M. "Da porta para fora": a constituição de um problema social. *Ponto Urbe*, 1, p. 1-27, 2007.

LIMA, R. F. F. Bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes em situação de rua. 2014. 137 f. Dissertação

(Mestre em Psicologia) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade de Fortaleza, Ceará, 2014.

LUNA, I. T. Educação em saúde com adolescentes em situação de rua visando à prevenção de DST/AIDS. 2011. 136 f. Dissertação (Mestre em Enfermagem) – Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2011.

MALFITANO, A. P. S. A tessitura da rede: entre pontos e espaços. Políticas e programas sociais de atenção à juventude - a situação de rua em Campinas, SP. 2008. 350f. Tese (Doutor em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARCELINO, E. J. Adolescentes em Londrina: história de rua e história de vida. 2006. 255f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

MATIAS, H. J. D. Jovens em situação de rua: espaço, tempo, negociações de sentido. *Psicologia & Sociedade*, 23 (2), p. 237-247, 2011.

MATIAS, H. J. D.; FRANCISCHINI, R. Desafios da etnografia com jovens em situação de rua: a entrada em campo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), p. 43-252, 2010.

MARTINS, R. A. Uma tipologia de crianças e adolescentes em situação de rua baseada na Análise de Aglomerados (Cluster Analysis). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(2), p. 251-260, 2002.

MEDEIROS, L. M. V. Da menina na rua à mulher de rua: o dito e o não-dito numa história de vida. 2007. 146f. Dissertação (Mestre em Ciências da Linguagem) – Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Pernambuco, Pernambuco, 2007.

MEDEIROS, M. et al. A sexualidade para o adolescente em situação de rua em Goiânia. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 9(2), p. 35-41, mar. 2001.

\_\_\_\_\_. O significado de casa e rua para meninos com experiência de vida nas ruas: em busca de uma compreensão sobre as implicações para a saúde. *Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. S. Paulo*, 12(2), 2002.

MORAIS, N. A. Um estudo sobre a saúde de adolescentes em situação de rua: o ponto de vista de adolescentes, profissionais de saúde e educadores. 2005. 161f. Dissertação (Mestre em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005.

MORAIS, N. A. et al. Promoção de saúde e adolescência: um exemplo de intervenção com adolescentes

em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*; 22(3), p. 507-518, 2010.

MOTA, R. N. A trajetória de jovens em situação de rua usuários de crack. 2012. 123f. Dissertação (Mestre em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

MOURA, Y. G.; SILVA, E. A.; NOTO, A. R. Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia em Pesquisa*, UFJF, 3 (01), p. 31-46, jan./jun. 2009.

NASCIMENTO, A. Uso de solventes por crianças e adolescentes em situação de rua no Distrito Federal. 2009. 101f. Dissertação (Mestre) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NEIVA-SILVA, L. Uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua: um estudo longitudinal. 2008. 207f. Tese (Doutor em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2008.

NICOLETTI, A. E. Valores e direitos humanos: meninos e meninas em situação de rua na região central de São Paulo. 2006. 128f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

NÓBREGA, S. M.; LUCENA, T. A. O “menino de rua” entre o sombrio e a aberrância da exclusão social. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 161-172, set./dez. 2004.

NOGUEIRA, L. A.; BELLINI, L. M. Sexualidade e violência, o que é isso para jovens que vivem na rua? *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, 15(4), p. 610-6, out./dez. 2006.

NUNES, E. L. G. Adolescentes que vivem na rua: um estudo sobre a vulnerabilidade ao HIV/aids relacionada à droga, à prostituição e à violência. 2004. 252f. Dissertação (Mestre em Ciências) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NUNES, E. L. G.; ANDRADE, A. G. Adolescentes em situação de rua: prostituição, drogas e HIV/AIDS em Santo André, Brasil. *Psicologia & Sociedade*; 21 (1), p. 45-54, 2009.

NUNES, R. S. Concepções de tratamento de crianças e adolescentes usuários de drogas com experiência de vida nas ruas no município do Rio de Janeiro. 2013. 139f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, A. A. P.; RIBEIRO, M. O. O cuidar da criança de/na rua na perspectiva dos graduandos de enfermagem. *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, 15(2), p. 246-53, abr./jun. 2006.

OLIVEIRA, N. S.; MEDEIROS, M. Histórias de vida de meninas com experiência pregressa nas ruas: perspectivas do processo de inclusão social. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 08, n. 01, p. 119- 127, 2006.

OLIVEIRA JR., C. R. Meninos de rua ou de um beco sem saída? Um novo resgate. 2003. 180f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

PALUDO, S. S. A expressão das emoções morais de crianças em situação de rua. 2002. 124f. Dissertação (Mestre em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2002.

PALUDO, S. S.; KOLLER, S. H. Quem são as crianças que estão nas ruas: vítimas ou vitimizadoras? *Interação em Psicologia*, (9) 1, p. 65-76, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicologia & Sociedade*; 20(1), p. 42-52, 2008.

PENNA et al. A maternidade no contexto de abrigamento: concepções das adolescentes abrigadas. *Rev Esc Enferm USP* 2012a; 46(3):544-8.

REIS, M. S. Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) de Londrina (PR): uma análise a partir da perspectiva do usuário. 2014. 171f. Dissertação (Mestre em Serviço Social e Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RIBEIRO, M. O. A criança de/na rua tem família: uma família em crise. *Rev. Bras. Cresc. Des. Hum*, São Paulo, 11(1), 2001.

\_\_\_\_\_. A rua: um acolhimento falaz às crianças que nela vivem. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, v. 11(5), p. 622-9, set./out. 2003.

RIBEIRO, M. O.; CIAMPONE, M. H. T. Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. *Rev. Esc. Enferm., USP (São Paulo)*, v. 36(4), p. 309-316, 2002.

RIBEIRO, M. O. et al. O papel das drogas na vida da criança em situação de rua. *Ter. Ocup. Univ. São Paulo*,

v. 14, n. 2, p. 79-84, maio/ago, 2003.

RIZZINI, I. O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

RIZZINI, I. et al. Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RIZZINI, I.; BUTLER, U. M. Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas revisitando a literatura. In: RIZZINI, I. et al. Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RIZZINI, I.; NEUMANN, M. M.; CISNEROS, A. Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos. Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro In: RIZZINI, I.; SILVA, S. B. O Social em Questão, nº 21. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

RODRIGUES, P. G. Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

SANTANA, J. P. et al. Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. Psicologia & Sociedade, 16(2), p. 59-70, 2004.

\_\_\_\_\_. Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: utilizações e reconhecimento de objetivos. Psicologia: reflexão e crítica, 18(1), p.134-142, 2005.

SANTOS, K. D.; MOTTA, I. F. O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico. Estudos de Psicologia, Campinas, 31(4), 517-525, out/dez 2014.

SCAPPATICCI, A. L. S. Contextos de vida e as vivências da maternidade de adolescentes em situação de rua. Aspectos sociais e psicológicos. 2006. Tese (Doutorado em Psiquiatria) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHWONKE, C. R. G. B. Sexualidade e gênero: a história oral de adolescentes com vivências de rua. 2006. 130f. Dissertação (Mestre em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Fundação

Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006.

SCHWONKE, C. R. G. B.; FONSECA, A. D.; GOMES, V. L. O. Vulnerabilidades de adolescentes com vivências de rua. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm.*, 13(4), p. 849-55, out./dez. 2009.

SILVA, J. M. M.; AVELAR, T. C. Crianças em situação de rua e suas representações sobre lar e família por meio do desenho. *Psicol. Argum.*, 32(76), p. 69-77, jan./mar. 2014.

SILVA, S. C. A escola e a rua: interação possível? *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.37, p. 67-87, abril 2005.

SOBRAL, M L. Trajetórias de vida: um estudo sobre a complexidade da experiência na rua. 2008. 160f. Dissertação (Mestre em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2008.

SUDBRACK, U. G. O extermínio de meninos de rua no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1), 2004.

TFOUNI, L. V.; MORAES, J. A família narrada por crianças e adolescentes de rua: a ficção como suporte do desejo. *Psicol. USP*, São Paulo, vol.14, n.1, 2003.

VARGAS, A. L. S. et al. Corpo e marginalidade: estudo de um contexto de desenvolvimento de meninos de rua na cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, 6 (11), p. 49-60, jul./dez. 2006.

VARGENS, P. W. "Isso para nós é massagem": crianças e adolescentes nas ruas - limites, fronteiras e possibilidades do direito à cidade. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

YUNES, M. A. M. et al. Família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paidéia*, 11(20), p. 47-56, 2001.



## Notas

i Esta pesquisa foi realizada com apoio da FAPERJ (CNE, Cientista do Nosso Estado, 2014-2017; FAPERJ Ref. N° E-26/201.274/2014), sob a coordenação da Profa Dra Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS; CIESPI/PUC-Rio).

ii Parte dos resultados deste levantamento pode ser encontrada na publicação: RIZZINI, I.; CARVALHO, T.; COUTO, R.M.B. População infantil e adolescente em situação de rua: temas em destaque em âmbito internacional. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2017 (impressa e virtual: [www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br)).

iii Os resultados desta pesquisa encontram-se na publicação: RIZZINI, I.; COUTO, R.; VALE, J. Os desafios da implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua: um guia comentado. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2018 (impressa e virtual: [www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br)).

iv As principais palavras-chave utilizadas foram: crianças + rua/situação de rua; adolescentes + rua/situação de rua; meninos + rua/situação de rua; abrigo/acolhimento institucional + criança/adolescente + rua/situação de rua; medida socioeducativa.

v Esta base de dados bibliográficos, produzida no âmbito do projeto acima referido, sob a coordenação da Profa Dra Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS; CIESPI/PUC-Rio) e pesquisa de Renata Mena Brasil do Couto (CIESPI/PUC-Rio), encontra-se disponível no site do CIESPI/PUC-Rio (<http://www.ciespi.org.br>).

vi Registre-se que alguns dos textos não fazem referência precisa à idade dos sujeitos pesquisados e outros incluem jovens entre os entrevistados. Mantivemos estes textos desde que fizessem referência a debates relativos à infância e à adolescência.

## Autoras

Irene Rizzini é professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Serviço Social e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), com mestrado em Social Service Administration/Public Policy pela Universidade de Chicago, EUA e doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Renata Mena Brasil do Couto é pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio), com mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

